REDE-A: vol.1, nº1, jan.-jun. 2011.

Sacramento ao pé do mar: batismo de africanos na freguesia da Conceição da Praia Grande, 1700-1751.

Carlos Eugênio Líbano SOARES
carlos.libano@terra.com.br

Abstract

The Parish of Conceição da Praia, in the city of Salvador, Bahia, was the port area of this Brazilian state in the eighteenth century. This port area seethed with the slave carriers' and dockers' activities, working on ships with passenger landing and cargo. There, the Africans were the majority: According to Roman Catholic Church baptismal documents, the major nation was the *Mina*. The name originated from the *Costa da Mina* or The Mina Coast, in West Africa. They reached more than 96% of the ethnic samples before 1750. Second to the *mina* was the *Gentio da Costa*, or the Gentiles from the Coast, whose name came from an old Portuguese custom of considering a Gentile anyone from West Africa. Less mentioned in terms of birthplace were those from Mozambique, in East Africa. This article also discusses the identification in the slave experience in the colonial Bahia, and suggests a singular perspective for the investigation of the African identity in Bahia during the eighteenth century.

Keywords: African slaves, Costa da Mina, Baptism, African identity, Traffic slave.

Resumo

Na cidade de Salvador da Bahia no século dezoito, a freguesia da Conceição da Praia era a área de porto da capital do estado do Brasil. A área portuária da cidade da Bahia fervia no período com a atividade de carregadores escravos e estivadores trabalhando nos navios em desembarque de passageiros e carga. Em Conceição da Praia os africanos eram maioria. De acordo com a documentação de batismo da igreja católica, a maior nação de Conceição da Praia era os *mina*. O nome se origina da Costa da Mina, na África Ocidental. Dos escravos africanos na Conceição da Praia, os mina chegaram a mais de 96% das amostras étnicas antes de 1750. Seguindo os *mina*, estavam os *Gentio da Costa*. Um uso oriundo de antigo costume português que identificava qualquer um vindo da África Ocidental como *Gentio da Costa*. Menos freqüentemente mencionados como local de nascimento nos termos de batismo estavam os *Moçambique* da África Oriental. Este artigo discute, também, esta identificação na experiência dos escravos na Bahia colonial e sugere uma perspectiva singular para a investigação das identidades africanas na Bahia durante o século XVIII.

Palavras-chaves: Escravidão africana, Gentio da Costa, Batismos, identidades africanas, trafico de escravos.

No dia 28 de abril de 1751 na sala da pia batismal da Igreja da Conceição da Praia, (na parte baixa da cidade de Salvador) ainda em fase de construção, foi o cenário de um fato incomum. Nada menos de 35 africanos – dezenove homens e dezesseis mulheres – foram trazidos para receber a unção batismal por um único senhor: Manoel Álvares de Carvalho. Todos os batizados eram africanos da "costa da Mina" e "adultos". Receberam nomes comuns, como Josefa e Maria, além de nada menos de sete nomeados ironicamente de "feliz". (sic) Os padrinhos eram somente dois homens: José e Antônio, sendo que não consta a nação de nenhum deles. Ambos eram escravos do mesmo Manoel Álvares de Carvalho. Não havia madrinha. Tudo indica que a cerimônia foi organizada com a maior austeridade e simplicidade, e que os africanos recém integrados na comunidade católica seriam rapidamente vendidos para o interior da colônia, onde a fome por escravos era muito maior: ou para o Recôncavo baiano do açúcar, em longa crise, ou para a região das minas, onde ainda se pagava nanabescamente por africanos novos.

A provável ocupação de comerciante de escravos de Manoel Álvares de Carvalho, se bem que não registrada pelo escrivão da igreja, serve como uma luva para retratar o caráter central da freguesia da Conceição da Praia.

Este artigo busca analisar os registros de batismo de africanos naquela freguesia na primeira metade do século XVIII (entre 1700 e 1751) e, partindo destas fontes, traçar as características da escravidão naquela área peculiar da cidade de Salvador setecentista.

Conceição da Praia é uma das freguesias mais antigas da cidade de Salvador. Fundada no ano de 1623, durante o bispado de Dom Marcos Teixeira,[1] quando então foi construída a mais antiga igreja em pedra e cal da cidade[2]. No século XVIII era a área comercial por excelência da cidade. Ali ficava a Alfândega, ponto obrigatório de chegada de todos os produtos importados – incluindo escravos – que entravam na cidade. Era também onde se situava a Ribeira das Naus, maior pólo de construção naval na cidade, onde não apenas eram reparados todos os tipos de embarcação, mas também em que se fabricavam as naus de comércio oceânico que faziam a Carreira das Índias, rota que ligava Portugal com América, África e Ásia[3]. Formado originalmente de uma longa rua que saia

[1] Para uma visão em detalhes de Salvador no século XIX ver NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. *Dez freguesias da cidade do Salvador*. Aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986, p.35.

[2] Geraldo Loyola afirma que esta primeira igreja, construída em pedra, na época de Tomé de Souza, na beira do mar, depois afastada por sucessivos aterros, não desapareceu para dar lugar a colossal Conceição da Praia, terminada em 1765, mas foi oculta durante séculos dentro da nova. Este o argumento central de seu livro. MARTINS, Geraldo Ignácio Loyola Sodré. *Nossa Senhora da Conceição da Praia, 1765*: construção ou ampliação? Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

[3] Sobre a Carreira das Índias veja AMARAL LAPA, José Roberto de. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo, Hucitec/Edunicamp, 2000.

da Preguiça até o Pilar, a Conceição da Praia era facilmente atravessada entre o mar e a montanha, mas trabalhosamente coberta em seu formato longo e estreito.

Na metade do século XVIII ela se iniciava na fronteira com a freguesia do Pilar, onde se situava o Hospital dos Carmelitas Descalços, exatamente abaixo da igreja da Conceição dos Pardos, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, acima da montanha[4]. Em seguida vinha o Trapiche de Manoel Pereira de Andrade, o primeiro de muitos de uma área assoberbada pelo comércio marítimo. Dali subia uma das inúmeras ladeiras para a cidade alta, a de Calçada do Pilar, que começava na Cruz do Pascoal. O Cais Dourado tinha particular importância como local de desembarque obrigatório do ouro que vinha das minas, o qual pagou o portentoso conjunto de prédios de três andares que o caracterizava no século XVIII.

Conceição da Praia também era zona de fortes, na espera de um ataque de piratas a que viesse saquear do ouro Del Rey guardado em seus armazéns. Um deles, dos menores, era o forte de São Francisco. Em seguida vinha o Trapiche do Julião, com seus molhes de madeira adentrando o mar para receber os pequenos barcos que vinha das naus ancoradas ao largo. A primeira metade do século XVIII foi marcada pela construção de novos atracadouros de pedra, como o Cais Novo, quase uma linha reta abaixo da Igreja de Nª Sª do Rosário dos Pretos, na cidade alta.

A ameaça representada pela fronte da montanha tomava corpo nas chuvas torrenciais que soterravam casas inteiras[5]. A área portuária era dividida em diferentes ancoradouros para diferentes produtos, como lenha, cal, louça da índia, farinha, etc. Entre estes temos o Cais da Cachoeira – que recebia produtos do Recôncavo – o Cais de Santa Bárbara, o Trapiche das Grades de Ferro, o Trapiche dos Padres, o de José Pires, a Alfândega do Tabaco e Intendência, e o Trapiche do Azeite de Peixe.

Entre todos os prédios se destacava a Alfândega, construção volumosa de três andares, onde se pagavam e registravam todos os despachos de importação e exportação legal da cidade da Bahia. Era um dos centros nervosos da administração pública na

[4] Esta descrição tem por base o relato de Luís dos Santos Vilhena. A Bahia no século XVIII, Salvador, Ed. Itapuã, 1969, volume I, mapa entre as páginas 12 e 13.

[5] No governo de Dom Rodrigo José de Menezes iniciou a construção de uma muralha que conteria os deslizamentos da parede da montanha, mas nunca foi concluída. Vilhena, *op. cit*. p. 12.

freguesia[6]. Mas não resta dúvida que por todo o século XVIII a maior estabelecimento público na região era a Ribeira das Naus. Estrategicamente colocada á cavaleiro da Casa da Câmara, do Palácio dos Governadores e de frente do Forte do Mar, a Ribeira era de longe a mais grandiosa repartição estatal da cidade da Bahia. Servida por um guindaste e um canal onde as embarcações eram levadas ao mar ou consertadas, era mantida por centenas de escravos em sua maioria, africanos[7].

A Ribeira era protegida por um forte e uma bateria de artilharia, e mantinha uma pequena caldeira para produção de implementos de ferro. Era ladeado por um grande armazém, inclusive o armazém do Estanco do Sal. Ao lado ficava a residência do Intendente da Marinha, responsável por toda a atividade no estabelecimento. Tudo de frente da portentosa nova igreja da Conceição da Praia, onde milhares de africanos, inclusive aqueles de Manuel Álvares de Carvalho, recebiam o primeiro sacramento da Santa Madre Igreja Católica.

Além da matriz, havia na freguesia duas capelas: uma do Corpo Santo, na igreja de São Pedro Gonçalves, cuja irmandade era mantida pelos africanos jejes[8] (que não aparecem nos batismos da Conceição) e a de Santa Bárbara. Era das freguesias com menor número de templos religiosos. Em compensação a catedral da Conceição da Praia demandou um século inteiro de obras para ficar completa.

Depois disso a freguesia se tornava uma sucessão de prédios e pequenas enseadas, a mais famosa a da Preguiça onde havia um ancoradouro para pequenas embarcações, e onde a freguesia fazia fronteira com a de São Pedro Velho, que subia a ladeira da Preguiça até o sítio de São Bento, e a Vitória, na altura do Unhão.

---

[6] Kátia Matoso nos anos 1980 encontrou esquecidos nos porões do Mercado Modelo – que hoje ocupa o prédio da antiga Alfândega – os livros de registro de entrada e saída de mercadorias. Infelizmente somente sobreviveram livros datados a partir do final do século XVIII.

[7] Certa vez um escravo crioulo da Ribeira enviou uma correspondência ao Governador da Capitania conseguindo sua transferência para outro serviço mais leve, pois aquele, na visão da autoridade, era próprio para africanos não negros "nascidos na terra". Relação da Bahia, Códice 637, L 9, 17/11/1744, Arquivo Nacional.

[8] Para a presença dos jejes no Corpo Santo ver PARES, Nicolau. *A formação do candomblé*: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006, pp. 82-90.

Era neste ambiente de becos e vielas, que ficavam por trás da enseada tomada de construções, que os escravos da Conceição da Praia ganhavam suas vidas. O ambiente era coalhado de carregadores, de escravos de cangalha, de vendedoras de quitanda, de comércio à varejo e atacado, como testemunham todos os relatos dos que passaram por aquelas ruas entre o século XVIII e os primórdios do XIX.

Conceição da Praia era a área por excelência da presença escrava na cidade, até pela natureza de suas atividades econômicas fundamentais. Um censo de 1724 fornece uma amostra do peso do trabalho escravo em comparação com outras freguesias. Enquanto a Sé registrou 3.992 escravos, a Conceição da Praia tinha 2.820. Entretanto, na Conceição estes cativos perfaziam 57,1% da população, enquanto na Sé eram 50,9%.[9]

Nosso objetivo neste artigo é perceber como a documentação de batismo de africanos da freguesia da Conceição da Paria pode informar daquela escravidão peculiar que se desenhava nas ruas daquela estreita e peculiar região da cidade da Bahia. Estudos sobre escravidão negra com base em registros de batismo de escravos não são novidade na historiografia brasileira[10]. Mas a diferença nossa é que procuramos delimitar nosso campo para os africanos, mesmo aqueles que não são escravos, destacando crioulos em batismo somente quando tem registro de mães africanas. Assim, ao invés de dar centralidade a categoria escrava buscou recuperar, pela ótica dos registros eclesiásticos, a condição africana na Bahia do século XVIII, com suas variações étnicas e culturais.

A primeira informação importante deriva da origem dos africanos. Na Tabela 1 vemos o peso esmagador da Costa da Mina entre os africanos batizados na Praia. Os minas tem presença amplamente majoritária entre os africanos na Bahia destes anos, com exceção

[9] Padre Gonçalo Soares de França "Dissertações da história eclesiástica do Brasil (1724)" Sociedade de Geografia de Lisboa, Manuscritos reservados 1-C-147, cf. SCHWARTZ, Stuart "Alforria na Bahia 1684-1745" in Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001, p.174.

[10] Para um artigo recente sobre compadrio de escravos veja Cacilda Machado. "As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do século XVIII para o XIX" in Revista Brasileira de História, nº 52, vol. 26, jul. dez. 2006. pp. 49-77. Ver também FERREIRA, Roberto Guedes. Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX). Dissertação de Mestrado, PPGHIS-UFF, 2000. NEVES Maria Rodrigues. "Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo no século XIX" in *História e População*, São Paulo Abesp/Iussp/Celade, 1989. BOTELHO Tarcísio, "Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros, Minas Gerais, século XIX" in *Lócus*, Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 1997, v.3, pp. 108-115.

da Sé. O termo incluía grande variedade de diferentes povos embarcados em larga costa da África ocidental. Mas alguns detalhes devem ser observados melhor.

Os ardra – ou aladas e ardas – eram amplamente disseminados na Bahia, e estavam entre as nações mais importantes da América Portuguesa na virada do século XVII e XVIII. Todos os ardras foram batizados entre 1702 e 1703. O termo vinha da cidade-estado de Allada, e era aplicado aos cativos capturados em seu entorno e vendidos em seu litoral. Em plena guerra holandesa, em 1648, Henrique Dias, capitão do Terço de Pretos, referia-se aos "ardas" como uma das nações de seu Regimento[11]. Antonil quase meio século depois, em 1706, aponta os ardas como uma das grandes nações africanas do Brasil, juntamente com os minas, congos, São Tomé, angolas e moçambiques.[12] O etnônimo ardra desaparece dos registros baianos após 1724, quando a cidade cai sob o jugo do Rei do Daomé.

Os angolas são apenas dois, mas batizados somente entre 1738 e 1744, quando o tráfico entre Luanda e Bahia era intenso. De qualquer modo angolas, como já falamos, eram costumeiramente batizados na costa africana.[13] Mais surpreendente era o número de moçambiques na Conceição. Entre 1736 e 1750 onze moçambiques receberam batismo na matriz da Sé. De acordo com Antonil eles vinham na nau das Índias, que aportavam na Bahia na última escala da Carreira antes da ancoragem em Lisboa.[14] Destes africanos orientais cinco foram em um único dia: em quatro de outubro de 1747 Manoel José Rodrigues batizava cinco moçambiques, cujo padrinho era um cativo de nome Eliseu, propriedade de um provável compadre de Manoel, outro Manoel dos Santos Chaves. Africanos orientais nunca se destacaram no tráfico para a Bahia.

A única jeje na Praia era uma mulher de nome Marcelina batizada em 27 de setembro de 1750, escrava de Antônio dos Santos, cujo padrinho foi o escravo de nome Manoel de Souza e madrinha a preta livre Eugênia de Souza da Rocha. Muito pouco para quem dominava os registros batismais apenas alguns metros acima.

---

[11] RODRIGUES, Nina.Os africanos no Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p. 35. FREYRE, Gilberto, Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 389, todos citados em Nicolau Pares, op. cit. P. 24.

[12] ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: s.ed. 1923, p. 123, cf. Pares, *op. cit*. p. 24.

[13] O Angola Manuel, escravo de Francisco Gonçalves Barbosa, foi batizado "subconditione" que era em dúvida se tinha recebido o sacramento antes na costa da África.

[14] ANTONIL, idem.

Também causa estranheza dois africanos de Cacheu, nação mais comumente encontrada em São Luís do Maranhão.[15] Seus nomes eram Joaquim e João e chegaram aqui respectivamente em 1745 e1748. João foi batizado junto com outros seis escravos minas. Joaquim, "gentio de Cacheo" era escravo de João Ferreira da Silva, e foi batizado sozinho, com um padrinho forro e uma madrinha escrava.

O único Calabar da amostra tinha nome de Francisco e era propriedade de Paulo Barbosa de Faria e foi batizado em oito de setembro de 1750, tendo como padrinho e madrinha escravos como ele. Um "gentio" de Cabo verde e um Benguela completam a fase das pequenas nações, antes da enxurrada de gentios da Costa e Minas, amplamente majoritários.

Um dado comparativo interessante é com o artigo de Schwartz sobre alforria na cidade de Salvador entre final do século XVII e o XVIII.[16] Na lista de Schwartz de 292 africanos forros o destaque fica com os minas, com 112 membros (38%) os Guiné com 105 (35%) os angola 42 (14%) e por fim, os arda com 10 (3,4%).[17] Os dados sobre alforria coletados por Schwartz se distanciam daqueles da Conceição da Praia na primeira metade do século XVIII, se bem que os angolas nos termos de batismo sejam sub-representados como já afirmamos e os guiné fossem muito mais numerosos antes de 1724, como afirma o próprio Schwartz. Desta mesma época começa a se destacar os minas, como resultado da fundação do forte de Ajuda em 1721.

Outro patamar (tabela 2) da pesquisa se refere ao padrão numérico entre homens e mulheres. Como em todas as freguesias de Salvador no período, Conceição da Praia registrava presença maior de mulheres africanas do que de homens africanos. Pouco mais da metade eram mulheres, mais o grande número de registros ilegíveis de africanos não permite uma percentagem precisa. A tendência da Praia era concentrar escravos carregadores e quitandeiras, em uma área fortemente comercial e de transporte, em contraste com a Sé, freguesia residencial da elite onde, naturalmente, era maior o número

[15] Para o tráfico em direção ao Maranhão e Pará na virada do XVII para o XVIII ver artigo de CHAMBOULEYRON, Rafael. "Escravos do atlântico equatorial: tráfico negreiro para os estados do Maranhão e Pará" in *Revista Brasileira de História*, vol. 26, nº 52, 2006, pp. Jul.-dez. 2006, pp. 79-114.
[16] SCHWARTZ, Stuart. "Alforria na Bahia 1684-1745..." *op. cit*. pp. 165-212.
[17] Os minas formam subgrupos como mina ladino (ou Lada) mina courace (muito comum nas Minas Gerais) e os mina sabara, que podia ser savalu. SCHWARZ, Stuart. *Op. cit*. p. 181.

de domésticos.[18] Assim a presença ligeiramente superior do sexo feminino na Sé tem razão de ser.

Outro dado aproximado sobre o africano se refere ao padrão etário. Não existia preocupação – nem capacidade – de registrar a idade exata do africano, mas mesmo com esta ressalva um grande número deles recebeu indicação de pertencer a uma determinada faixa. Assim, como vemos na Tabela 6 onde nada menos de 90% destes africanos eram *adultos* para o padrão da época. A população de *africanos novos* chegados à Conceição da Praia na primeira metade do século XVIII era predominantemente de adultos da Costa da Mina.

Na Tabela nº. 3 vemos a freqüência dos batismos por ano. Claro está que este padrão tem relação sensível com os movimentos do trato negreiro, mas também responde a questões locais. Os ardra são um grupo exemplar neste sentido, como falamos acima. Mas qual a causa de no ano de 1701 apenas três africanos terem sido batizados em Conceição da Praia? O fato de o prédio da igreja estar em reforma teve impacto? Possivelmente não, pois a obra não eliminou a igreja velha, como dissemos.

No ano de 1748 tivermos, ao oposto, a quantidade inédita de 261 batismos. Um ano particularmente intenso, com uma média de quase um batismo de africano por dia. Este ano é importante como medida daqueles meses em que normalmente mais ocorriam batismos de africanos.

O estado civil (tabela 4) era uma informação quase sempre fixada somente nas mulheres. Mas a percentagem baixa de mulheres solteiras como proprietárias aponta que muitas senhoras herdavam de seus maridos, comerciantes residentes na Praia, os cativos colocados em atividades comerciais e de serviços. Sintomaticamente, a proprietária que mais batizou africanos na Conceição da Praia, de acordo com os registros que sobreviveram ao tempo, foi Joana do Nascimento, com 12 *adultos* da Costa da Mina que entraram em batismo entre 1736 e 1748, e que era viúva de Manoel Gonçalves Vianna, que faleceu antes de 1736, ano do primeiro batismo registrado por ela.[19]

[18] O citado censo de 1724 mostra 186 "criados" na Sé como 1.303 "fogos" para 79 criados na Conceição da Praia para apenas 980 "fogos".
[19] Manoel Gonçalves Vianna não foi localizado entre os proprietários.

Quando computamos a ocupação dos senhores repetimos o padrão de outras freguesias como a Sé: as ocupações públicas, como militares, religiosos e funcionários da justiça dominam o cenário, mas duas exceções são notáveis: Domingos de Aguiar, navegante, que batizou um único africano da nação mina em 8 de setembro de 1747, e Antonio de Araújo Santos, patrão-mor de uma barca ancorada na baía, cuja escrava mina Inácia recebeu o sacramento do batismo em 31 de agosto de 1738.

Entretanto, o que computamos na tabela 5 é a freqüência de determinada ocupação, e não a quantidade de indivíduos diferentes efetivamente registrados. Desta forma, na realidade temos 53 proprietários com a ocupação de capitão, sendo que um único oficial, Gregório Pereira, aparece 8 vezes na década entre 1738 e 1748. A grande maioria aparece uma única vez. Os padres são mais sóbrios. Na realidade havia 20 padres que se revezam como proprietários na Conceição da Praia, sendo que o que mais mandou batizar escravos africanos, Baltazar Pereira Porto, entrou com apenas três em 21 de abril de 1748. Ao contrário da Sé, religiosos não se destacam muito no ambiente mercantil da freguesia da Praia.

Dos licenciados (professores) João Cardoso Miranda patrocinou apenas dois batismos de africanos. Dois doutores, Francisco de Almeida e João Pereira, tiveram cada um dois africanos na pia batismal da igreja matriz. Assim o registro de ocupações na Praia é muito tênue para o conjunto de proprietários. Nada menos de 1757 registros (83%) não tem qualquer informação sobre sua ocupação do proprietário.

Mas quantos eram efetivamente estes proprietários do sexo masculino? Daqueles mais de mil registros de donos homens inscritos na tabela 7, podemos retirar com segurança que representavam apenas 969 indivíduos, quase dois escravos em média para cada proprietário.

As mulheres tem uma média bem menor do que os homens entre proprietários, o que era esperado daquela sociedade fortemente masculinizada. Os 227 registros de escravos batizados com senhores do sexo feminino, apenas representavam 163 mulheres diferentes. Destas senhoras 131 (80%) tinham apenas entrado uma única vez no registro com um africano. Logicamente a exclusão de crioulos cria distorções nos dados, mas não retira sua representatividade em época de intensa importação de africanos.

Para os homens aqueles com apenas um escravo africano em batismo eram apenas 662 ou 68% deles. A média de escravos por senhores era sensivelmente maior entre homens do que entre as mulheres. Mas o dado mais marcante da Conceição da Praia era de proprietário de escravos africanos também encerrados na condição escrava.

Senhores em cativeiro

Um número espantoso de escravo tinha escravos na freguesia da Conceição da Praia na primeira metade do século XVIII. Nada menos de 33 escravos batizaram seus cativos africanos naquela freguesia. Dezoito mulheres e quinze homens. Alguns chegaram a batizar dois africanos, como Antonia, escrava de Joaquim Alves dos Santos, que batizou dois escravos da Costa da Mina entre 25 de agosto de 1743 e 27 de outubro de 1748, e José de França, escravo de Valério de França Pontes, que batizou seus dois africanos em um único dia, aos 24 de maio de 1744.

De nenhum deles conseguimos depreender a nação africana, mas a origem, mesmo raramente, aparece. É o caso de Manuel da Silva, *pardo* escravo de José de Cruz, e que batizou em 11 de maio de 1748 uma escrava mina de nome Ana: E Antonio, crioulo, de Joaquim Alvares dos Santos, que fez batizar sua escrava mina Rosa em 17 de maio de 1744. Parece que esta informação da "origem" africana, para o escrivão da Conceição, era irrelevante, ao contrário do que ocorria com o escrivão da Sé. De alguns escravos proprietários inclusive não consta nem o nome, como um "preto" pertencente a Jerônimo da Silva, que batizou um adulto mina em 18 de fevereiro de 1748. Alguns nem pareciam escravos, como Manoel Gonçalves Moura, cujo nome do dono não aparece no registro e que batizou dois minas, José e Cristóvão em um único dia, 13 de setembro de 1744.

Acreditamos que estes cativos que tem cativos compravam africanos no efervescente comércio negreiro da Praça da Conceição da Praia da primeira metade do século XVIII para utilizá-los em atividades comerciais de *ganho* que deveriam ser muitas naquela estreita parte da cidade. Praça que abastecia grande parte do Brasil então.

Mas temos que aprofundar ainda mais neste estrato em busca de respostas. O padrinho era parte importante desta relação. Quase a metade destes padrinhos (17 ou 51%)

eram também escravos, o que configura uma relação tríplice do escravo batizado, o escravo senhor e o escravo padrinho. Um dos padrinhos, Joaquim escravo de Antonio Touginho, além de ser padrinho de Ana do gentio da Costa da Mina, escrava de Antunes, por sua vez propriedade de Ângela Maria, em 30 de junho de 1748, tinha sido convocado como padrinho antes de pelo menos 13 (treze) africanos entre 1737 e 1751. Sempre para escravos da Costa da Mina. O que aponta que Joaquim era um padrinho concorrido da comunidade africana da Conceição da Praia.

É interessante nos voltarmos para a informação da freguesia de residência destes padrinhos ou do senhor do padrinho. A partir desta informação podemos tocar na rede geográfica que as relações de compadrio criavam na Bahia urbana.

Destes 33 senhores *sui generis* pelo menos vinte e dois (66%) registraram a própria freguesia da Praia como local de morada deles, ou de seus donos. Dois vem de São Pedro e dois do Pilar, além de sete sem registro. Este dado era esperado, e mostra uma densa população escrava residindo naquela área comercial da cidade.

Se voltarmos os olhos para as madrinhas de senhores escravos veremos dado semelhantes. Apenas 23 madrinhas apareceram nos batismo, capitaneados por senhores em cativeiro. Destas madrinhas dezenove residiam na própria Conceição da Praia, duas na Sé e duas em São Pedro. Tanto padrinhos como madrinhas residiam quase sempre na Conceição da Praia ou em áreas limítrofes da freguesia.

Mas é um número considerável na comparação com outras freguesias. Entre as madrinhas convocadas por senhores cativos temos 17 de condição escrava, sendo que uma, Marta, escrava de dona Ana de Mendonça, em 24 de maio de 1744, participou do batismo de dois africanos, Miguel e Inácia, ambos minas, bens de José de França, escravo de Valério de França Pontes. Escravos são assim – como presumíamos – bastante presentes no compadrio quando o senhor era escravo. Curiosamente, os homens eram maioria entre os proprietários escravos com madrinhas também cativas: 10 senhores para sete senhoras. E estas escravas foram madrinhas tanto de negras do que de negros: eram nove africanas e oito africanos, um quase total equilíbrio.

Havia uma evidente reserva dos escrivãos para registrar a origem africana dos senhores, o que se entende em uma sociedade fortemente marcada pelo jugo do africano ao

europeu ou branco descendente nascido em terras americanas (*mazombo*). Somente crioulos, como Antonio, escravo de Joaquim Álvares dos Santos, que batizou uma *adulta* da Costa da Mina em 17 de maio de 1744 e Manoel da Silva, pardo, dono de Ana Mina, e por sua vez cativo de José da Cruz quando adentrou o templo da Praia em 11 de maio de 1748.

Quanto às freguesias de moradia destes escravos os dados corroboram que a ampla maioria (23) residia sim na Conceição da Praia (apenas um morava na Sé, dois em São Pedro, e no Pilar e um em Sacramento) o que apóia a hipótese de que seus escravos eram empregados naquela freguesia mesma. Para as madrinhas 19 são residentes na dita freguesia, divididas as outras entre Sé (uma) São Pedro (3) e Sacramento (uma) um padrão semelhante. Em resumo, escravos donos de escravos era um fenômeno mais freqüente na Conceição da Praia do que em qualquer outra parte da cidade, o que certamente é reflexo do forte papel comercial daquela região, em uma época também de forte alta da atividade comercial na colônia.

Senhores libertos

Um dos dados mais intrigantes é relativo aos libertos e forros donos de escravos. Na Tabela 8 vemos os dados referentes aos forros que batizaram africanos na Praia na 1ª metade do século XVIII. Nada menos de 67% dos ex-escravos proprietários de escravos eram mulheres. Este número surpreendente de libertas com certa renda para comprar cativos africanos em época de alta de preço surpreende aqueles que olham uma sociedade urbana ainda incipiente.

Em um olhar mais detalhado vemos que algumas chegavam além. Florência Pereira adquiriu um casal de africanos minas, batizados entre 1748 e 1750. Luzia Barbosa teve duas mulheres da Costa da Mina entre 7 de julho de 1748 e 29 de junho de 1749. Adquirir dois africanos – pode ser que ela tivesse comprado crioulos, o que não registramos – no prazo de dois anos é uma proeza para alguém egresso da escravidão. E não estava sozinha. Maria Ferreira de Souza comprou duas mulheres minas de julho de 1746 até fevereiro de 1751. Um longo caminho mais apropriado para uma liberta naquela sociedade fortemente hierarquizada.

Sotéria Pinheiro era parte de grupo seleto de libertas. No mesmo dia 20 de dezembro de 1746 ela, uma parda, colocou para o batismo duas africanas do gentio da Mina. Aliás, boa parte destes escravos de libertas era do sexo feminino. Eram 42 escravas para apenas 6 escravos. Como podemos ler estes dados. Estas mulheres estavam operando em um mercado altamente competitivo, abastecendo de gêneros alimentícios escravos que percorriam ruidosamente as ruas da parte comercial da cidade. O afã de subir e descer com mercadorias e pessoas da cidade baixa para a alta movimentava a economia ambulante. Estas mulheres pretas e pardas – novamente não sabemos a nação da grande maioria delas - compravam africanas como auxiliares para o negócio do *ganho*, a porta de saída de muitas delas das correntes do cativeiro. Agora, uma nova geração sentia o jugo de suas iguais.

Anexos

Tabela nº 1
Conceição da Praia: africanos por nação, 1700-1751

Nações Africanas	Quat.	%
Mina	2.035	96,0
Gentio da Costa	45	2,5
Angola	2	0,10
Ardra	4	0,1
Cabo Verde	1	0,06
Benguela	1	0,06
Cacheo	2	0,10
Calabar	1	0,06
Jeje	1	0,06
Moçambique	11	0,7
TOTAL	2.103	100,0

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 2
Conceição da Praia: africanos por sexo, 1734 – 1742

Sexo	Quat.	%
Homens	998	47
Mulheres	1086	51
Indefinido	19	2
TOTAL	2103	100

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 3
Africanos batizados na Conceição da Praia por ano, 1700 - 1751

Ano	Quat.	Ano	Quat.	Ano	Quat.
1700	12	1730	20	1745	177
1701	3	1731	35	1746	173
1702	9	1736	67	1747	162
1703	12	1737	177	1748	261
1704	9	1738	234	1749	168
1705	5	1739	43	1750	62
1706	20	1743	94	1751	159
1707	28	1744	173		

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 4
Proprietários de africanos por condição matrimonial, 1700 – 1751

	Mulheres	**Homens**
Viúvo/a	14	0
Solteiro/a	8*	3
Casado/a	22	3

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador. * Duas das solteiras são forras.

Tabela nº 5
Conceição da Praia: proprietários de africanos por ocupação, 1700 - 1751

	Quat.	%
Capitão	91	52
Padre	27	15,5
Doutor	9	5
Licenciado	9	5
Desembargador	5	2,8
Sargento-mor	5	2,8
Alferes	5	2,8
Ajudante	5	2,8
Capitão-mor	4	2,2
Coronel	3	1,7
Alcaide-Mor	2	1,1
Capitão de Mar e Guerra	2	1,1
Madre do Desterro	1	0,5
Religiosa de Santa Clara	1	0,5
Guarda-Mor	1	0,5
Comissário-geral	1	0,5
Navegante	1	0,5
Patrão-Mor	1	0,5
Total	74	100

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 6
Conceição da Praia: africanos batizados por faixa-etária
1734 - 1742

	Quat.	%
Rapaz e rapariga adultos	10	0,70
Rapariga	1	0,05
Párvulo	58	2,7
Inocente	1	0,05
De peito	1	0,05
Adulto	1898	90
Indeterminado	134	6,3
Total	2103	100,00

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 7
Conceição da Praia: senhores de africanos por sexo, 1700-1751

	Quat.	%
Homem	1756	83
Mulher	227	10,3
Indeterminado	130	6,7
Total	2103	100

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 8
Conceição da Praia: senhores escravos ou forros,1734 – 1742

	Homens	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**
Forros	23	33,0	47	67,0	70
Escravos	18	45,0	15	55,0	33

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 9
Conceição da Praia: padrinhos escravos e forros,1700 - 1751

Padrinhos	Quat.	%
Escravo	860	84,6
Forro	157	15,4
Total	1016	100,0

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 10
Conceição da Praia: quantidade de escravos batizados por senhores, 1700-1751

Número de senhores	Nº de africanos batizados p/ cada senhor	% dos senhores para o total de proprietários
845	1	70,0
193	2	16,0
73	3	6,0
26	4	2,0
22	5	1,8
10	6	0,8
6	7	0,5
5	8	0,4
1	9	0,08
3	10	0,2
1	12	0,08
1	13	0,08
2	14	0,1
1	15	0,08
1	17	0,08
1	21	0,08
1	22	0,08
1	37	0,08
1	1194	100,00

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador. ***** total de senhores da Sé.

Tabela nº 11
Conceição da Praia: padrinhos por cor,1700 – 1751

Padrinhos	**Quat.**	**%**
Preto	8	9,0
Pardo	68	77,2
Mestiço	1	1,1
Crioulo	11	12,7
Total	88	100,0

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 12
Conceição da Praia: madrinhas por cor, 1700 - 1751

Madrinhas	**Quat.**	**%**
Preta	12	21
Parda	35	61
Crioula	10	18
Total	57	100,0

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 13
Conceição da Praia: madrinhas escravas e forras, 1700 - 1751

Madrinhas	**Quat.**	**%**
Escrava*	973	77
forra	290	22,9
total	1262	100

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador. * Das escravas 5 são casadas.

Tabela nº 14

Conceição da Praia: padrinhos de africanos por condição matrimonial, 1700- 1751.

Padrinhos	**Quat.**	**%**
Viúvo	2	2,4
Solteiro	67	82,0
Casado	13	15,6
Total	82*	100

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador. *****Estes padrinhos foram os que tiveram o estado civil registrado

Tabela nº 15

Conceição da Praia: padrinhos de africanos por ocupação, 1700 - 1751

	Quat.	%
Padre	25	35,2
Cônego	4	5,6
Doutor	8	11,2
Desembargadores	7	9,8
Corregedor	1	1,5
Capitão	16	22,5
Ajudante	8	11,3
Alferes	2	2,9
Total	71	100,00

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador.

Tabela nº 16
Conceição da Praia: padrinhos de africanos por endereço (freguesia), 1700 – 1751.

Freguesias	Quat.	%
Conceição da Praia	1519	90,7
Sé	45	2,6
São Pedro Velho	34	2
São Paulo	1	0,05
Santo Antônio Além do Carmo	8	0,4
Rosário das Portas do Carmo	15	0,8
Rosário da Vila de Cachoeira	2	0,1
Pilar	34	5
Vitória da Vila Velha	4	0,2
Nossa Senhora da Madre de Deus	1	0,05
Freguesia de Maragogipe	2	0,1
Desterro	7	0,4
Freguesia de Ilhéus	1	0,05
Ilha de Maré	1	0,05
Total	1674	

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador. 425 padrinhos não tiveram registro da freguesia onde residem.

Tabela nº 17
Conceição da Praia: escravos padrinhos por endereço (freguesia), 1734 - 1742

Freguesias	Quat.	%
Vitória	3	0,4
Sé	25	3,5
Conceição da Praia	644	91,3
São Pedro Velho	13	1,8
Santo Antônio Além do Carmo	3	0,4
Rosário das Portas do Carmo	4	0,5
Pilar	11	1,5
Maragogipe	1	0,14
Desterro	1	0,14
Total	705	100

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 18

Madrinhas de africanos por condição matrimonial, 1700 - 1751

Madrinhas	Quat.	%
Solteiras	4	
Viúva	2	
Casadas	7	
Total	13	

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 19

Madrinhas de africanos por endereço (freguesias),1700 - 1751

Freguesias	**Quat.**	**%**
Sé	31	2,6
Conceição da Praia	1045	88,4
São Pedro Velho	23	1,9
Santo Antônio Além do Carmo	5	0,4
Rosário das Portas do Carmo	27	2,2
Pilar	39	3,3
São Bartolomeu de Pirajá	1	0,08
São Sebastião do Parnamirim	1	0,08
Desterro	9	0,7
Total	1181	100

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador

Tabela nº 21
Madrinhas escravas por freguesia, 1734 – 1742.

Madrinhas	**Quat.**	**%**
Sé	20	2,4
Conceição da Praia	735	88,7
São Pedro Velho	22	2,7
Santo Antônio Além do Carmo	4	0,4
Rosário das Portas do Carmo	12	1,4
Pilar	31	3,7
Parnamirin*	1	0,2
São Bartolomeu de Pirajá*	1	0,2
Desterro	2	**0,3**
Total	828**	100

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Sé 1734-1742. Cúria Metropolitana de Salvador. ***** Freguesia de fora da cidade de Salvador
****** 145 não tem freguesia de morada registrada

Referências Bibliográficas

AMARAL LAPA, José Roberto de. *A Bahia e a Carreira da Índia.* São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 2000.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: s.ed. 1923.

BOTELHO, Tarcísio. "Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros, Minas Gerais, século XIX" in *Lócus*, Juiz de Fora, Ed. da UFJF, v.3, pp. 108-115, 1997,.

CHAMBOULEYRON, Rafael. "Escravos do atlântico equatorial: tráfico negreiro para os estados do Maranhão e Pará" in Revista Brasileira de História, vol. 26, nº 52, 2006, pp. 79-114., jul.-dez., 2006.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal*. Família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX). Dissertação de Mestrado, PPGHIS-UFF, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MACHADO, Cacilda. "As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do século XVIII para o XIX" in *Revista Brasileira de História*, nº 52, vol. 26, jul. dez.,. pp. 49-77, 2006.

MARTINS, Geraldo Ignácio Loyola Sodré. *Nossa Senhora da Conceição da Praia*, 1765: construção ou ampliação? Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. *Dez freguesias da cidade do Salvador*. Aspectos sociais e urbanos do século XIX . Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

NEVERS, Maria Rodrigues. "Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo no século XIX" in *História e População*, São Paulo: Abesp/Iussp/Celade, 1989.

PARES, Nicolau. A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru: Edusc, 2001.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII.* Salvador:, Ed. Itapuã, 1969.

Arquivos Consultados

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
Arquivo do Estado da Bahia
Arquivo da Sé de São Salvador, Bahia.